

O muro da dívida

ARNOLDO WALD

EXT O GLOBO

19 DEZ 1989

O desaparecimento do muro de Berlim, considerado como um dos mais importantes acontecimentos do nosso século, marca o início da construção de um novo Mundo, no qual ainda falta destruir outros tantos muros, que separam os países e impedem a colaboração mundial para um desenvolvimento harmonioso e equitativo. Falou-se, assim, nos muros invisíveis da suspeição, da dívida, dos mal-entendidos e das frustrações recíprocas.

Para a América Latina e, de modo específico, para o Brasil, há um outro muro a destruir que é o da dívida externa. E um muro do passado que não mais pode ser a muralha da China em virtude da qual se pretende justificar que o nosso país se afaste do comércio internacional, nem constituir o bode expiatório das políticas infelizes, devendo, ao contrário, servir de ponte para uma renegociação fecunda, que transforme os débitos em investimentos tão necessários em todas as áreas da nossa economia. E cada dia mais evidente que a nossa economia não tem vocação autárquica e que o momento histórico, no qual vivemos, deve ensinar a abertura econômica, que está intimamente vinculada à democracia política e ao Estado de Direito.

O grande desenvolvimento do comércio mundial e a substituição gradativa das exportações internacionais por investimentos nos países consumidores criam um clima no qual a moratória deixou de ser um instrumento fecundo para tornar-se uma forma de bloqueio mais pernicioso para o devedor do que para os próprios credores. Por outro lado, mesmo numa época de dificuldades em todos os países, estamos assistindo ao grande esforço que está sendo feito pelos países mais desenvolvidos para devolver condições de sobrevivência e progresso aos países do Leste, que estão saindo do regime ditatorial.

Os recentes compromissos do Ocidente, no valor de mais de seis bilhões de dólares, assumidos em favor da Polônia e da Hungria,

comprovam que a filosofia e o espírito do Plano Marshall não desapareceram no fim da década de oitenta e que uma negociação corajosa e inteligente pode garantir um importante fluxo de capitais estrangeiros para o nosso país, transformando os juros em investimentos e renegociando o principal de tal modo que ainda melhorem as condições e prazos de pagamento.

Os resultados obtidos em virtude da conversão e da renegociação da dívida pelo México e pelo Chile, assim como no esforço inicial que realizamos, no Brasil, em 1988, comprovam que, embora modestos, abrem caminho para o fortalecimento das nossas empresas sem desnacionalizá-las. Por outro lado, o Plano Brady e as negociações internacionais estão facilitando o tratamento fiscal, contábil e regulamentar para os bancos credores que negociem de modo equitativo os seus créditos contra países em dificuldades e é certo que uma renegociação mais ágil e fortalecida pelo resultado das eleições poderá ampliar ainda o quadro das vantagens que nos podem ser concedidas. Na realidade, no passado as negociações ora ocorriam no plano exclusivamente privado, ora no campo político, quando, agora, já se criaram as condições necessárias para que possam ser objeto de uma simbiose, reunindo bancos privados e organismos governamentais nacionais e internacionais, para que nos sejam asseguradas condições viáveis e justas.

Decorridas apenas algumas semanas da relativa mudança de regime nos países socialistas, já há grandes investimentos estrangeiros que estão sendo planejados em economias que, na realidade, em vários pontos, estão mais atrasadas que a nossa. Basta lembrar que a produtividade nelas existente é das mais baixas e que a Polônia, por exemplo, está com uma inflação de 700% ao ano que, embora inferior à brasileira, não deixa de ser respeitável. Acresce que, na Alemanha Oriental, um carro exige mais de três mil horas de trabalho para ser produzido, três vezes o cus-

to horário de um Fiat Uno, enquanto uma televisão é fabricada em 800 horas, quando leva 5% deste tempo na maioria dos países ocidentais. Não há dívida que, se a credibilidade de que estão começando a gozar os países do Leste já justifica novos investimentos, com muito mais razão poderão ocorrer no Brasil no momento em que inspirar confiança política e tiver definições econômicas claras.

Há, neste momento, uma grande migração de capitais que tem os seus aspectos positivos e negativos. Os Estados Unidos estão se insurgindo contra a onda de investimentos japoneses e a crise de Hong Kong está levando 60% dos seus habitantes a planejarem uma mudança de domicílio até 1997. O Brasil tem condições de receber capitais, tecnologia e know-how e de utilizá-los para aumentar a nossa renda per capita, modernizando simultaneamente o nosso parque industrial.

O nosso mercado de capitais é um dos poucos do Mundo que praticamente não cresceu na última década, ficando, ao contrário, mais estreito e concentrado, quando tem todas as condições para competir no exterior, como evidenciam os progressos efetivos dos fundos internacionais de ações. Por outro lado, o número dos nossos acionistas pode ser decuplicado para alcançar os níveis existentes nos Estados Unidos e em outros países industrializados.

A opção que se apresenta para o Brasil neste momento é destruir o fictício muro da dívida externa, que é, aliás, menos onerosa do que a dívida interna, e renegociar a sua posição internacional ou correr o risco de uma marginalização crescente, na qual poderemos sobreviver, mas que não permitirá o crescimento efetivo da nossa economia e uma autêntica redistribuição de renda.

Arnoldo Wald é advogado e professor catedrático da Faculdade de Direito da Uerj.